



## Trajetórias profissionais de jornalistas em Recife: entre a indecisão de permanecer ou abandonar a profissão

Rui Pereira Caeiro<sup>1</sup>

Heitor Rocha<sup>2</sup>

Anabela Gradim<sup>3</sup>

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade da Beira Interior (UBI).

**Resumo:** Face ao volume de investigações (nacionais e internacionais) que, em anos recentes, têm apontado o aumento de precariedade e abandono, nem sempre voluntário, do emprego e/ou profissão no Jornalismo, o presente estudo almeja responder a uma questão central: jornalistas a trabalhar em sistemas privados de comunicação com sede em Recife contemplam abandonar a profissão num futuro próximo? Em caso afirmativo, quais os principais motivos? Os dados analisados resultam das respostas (180) a questionários a estes/as profissionais, coletados entre julho e setembro de 2019. Para a análise, além de bibliografia atualizada sobre o tema, recorremos a obras de Pierre Bourdieu e Norbert Elias.

**Palavras-chave:** Jornalistas; Precariedade; Profissão; Trabalho; Pernambuco.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Comunicação Social na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e mestre em Comunicação pela UFPE (2016), atualmente é doutorando na UFPE, em cotutela com a UBI. Os principais temas de interesse são Jornalismo, Feminismos e Trabalho.

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Comunicação pela UBI (2015), através de bolsa de Estágio Sênior Pós-Doutoral da CAPES. Doutorado em Sociologia pela UFPE (2004). Mestrado em Ciência Política pela UFPE (1989). Graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1983). É Professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de PósGraduação em Comunicação da UFPE, integrando o grupo de pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade e atuando principalmente nos seguintes temas: teoria do jornalismo; comunicação; ciência política; mudança social; ideologia. Atualmente desenvolve a pesquisa *Qualidade do Jornalismo, Ética e Ideologia: A tensão entre Autonomia do Jornalista, Política Editorial e Autoridade do Público*.

<sup>3</sup> Licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, e mestre, doutora e agregada em Ciências da Comunicação pela UBI, onde se doutorou em 2004 com a dissertação “A dimensão comunicacional da semiótica de Peirce”. Ensina Jornalismo, Comunicação e Metodologia na Faculdade de Artes e Letras da UBI. É coordenadora científica da unidade de investigação Labcom – Comunicação e Artes, e diretora do Doutoramento em Ciências da Comunicação da UBI. Os seus interesses de investigação prendem-se com o Jornalismo, a Comunicação de Ciência, a Semiótica, a Retórica e o interface destas disciplinas com a Cibercultura e os meios digitais.

## 1. Introdução

Dizer que o Jornalismo está em crise não suscita atualmente muita controvérsia (PICKARD, 2011). Seja devido às transformações económicas, sociais e/ou tecnológicas (SILES, BOCZKOWSKI, 2012), a instituição (e indústria) atravessa um período de indefinições quanto a modelos de negócios sustentáveis, fronteiras caracterizadoras das suas especificidades (portanto, a diferenciação/legitimação das produções) e normas, valores e práticas que orientam profissionais na relação com outros atores (fontes, outros produtores, públicos etc.).

Se considerarmos obras que discutem a(s) história(s) do(s) jornalismo(s) e jornalista(s) no Brasil (KUCINSKI, 2003; SODRÉ, 1999), encontraremos narrativas que dão conta de disputas de natureza semelhante – ou seja, o que (e quem) pode ser considerado bom jornalismo (e jornalista) e que funções sociais (portanto, legitimidade) não são questões inteiramente novas. Nesse sentido, Leal, Jácome e Manna (2014) afirmam que a atual crise do jornalismo não deve ser compreendida como evento apenas, ou principalmente, relativo à instituição, mas um desdobramento da crise da modernidade, isto é, a crise das grandes narrativas (dos ‘Descobrimientos’, do ‘Progresso’, da ‘Ciência (objetiva)’, da ‘Democracia’ etc.) que coordenariam valores e formas de conhecimento fundamentais à vida em sociedade. Sublinham assim que

[...] nas mais diversas circunstâncias históricas, culturais e econômicas, a discussão em torno da crise esteve sempre ligada à legitimação de um modelo e de um saber em detrimento de uma alteridade pulsante. Desconfiar dos parâmetros da crise tal qual como ela vem sendo desenhada nas últimas décadas não significa, portanto, negligenciar as profundas transformações pelas quais a imprensa vem passando, mas perceber como esses parâmetros estão fundados por um paradigma compartilhado entre muitos jornalistas e acadêmicos [...] (LEAL, JÁCOME, MANNA, 2014, p.153/154).

O modelo de Jornalismo a que os autores fazem referência é o que emerge, e se torna hegemônico, no modo de produção capitalista (PONTES, PISMEL, 2018), onde noções como ‘objetividade’ e ‘profissionalismo’ figuram como valores normativos. Os mesmos, no entanto, enquanto fronteiras delimitadoras de uma experiência profissional especializada (o *newsmaking*), não deixam de ser problemáticos, uma vez que críticas (dos públicos e outros autores) aos produtos e produtores/as atacam, não raras vezes, tal saber (TUCHMANN, 2016).

Por uma perspectiva semelhante, Örnebring e Moller (2018) criticam a utilização de ‘profissionalismo’ enquanto conceito analítico para pensar a realidade daqueles/as trabalhadores/as: com ele, o cruzamento das esferas pública e privada dos/as profissionais (e como uma e outra se influenciam mutuamente, talvez hoje mais do que nunca devido aos avanços tecnológicos que possibilitam a reestruturação – flexibilização – dos espaços e tempos de trabalho/lazer) é considerado (quando considerado) de forma superficial, o que resulta numa negligência em relação à realidade concreta – e múltipla – dos indivíduos. Para além de profissionais, podemos falar dos/as mesmos/as enquanto trabalhadores/as, enquadrados/as num sistema mediático e legislação trabalhista específicos, compartilhando (e negociando) culturas nacionais/ regionais plurais, desempenhando variados papéis sociais (de parentalidade, gênero etc.). Tudo isto, que não compõe uma listagem exaustiva, influencia as possibilidades de produção, irredutível a um saber especializado/profissional. Não quer isto dizer, em nosso entender, que o profissionalismo deve ser excluído da equação<sup>4</sup>, pelo contrário: a ele devemos juntar outras variáveis que possibilitem repensá-lo no cruzamento com, por exemplo, trabalho e vida pessoal.

No presente artigo procuramos contribuir para o debate sobre condições de trabalho de jornalistas. Mais concretamente, analisamos os motivos que influenciam as intenções de abandono da profissão.

## **2. Reflexões com base em Pierre Bourdieu e Norbert Elias.**

De acordo com Bourdieu, a modernidade resulta, pelo menos em parte, de processos de diferenciação das atividades humanas. Os mesmos verificam-se noutros períodos históricos, mas em menor extensão e profundidade. Tal diferenciação possibilitou a formação de diversos campos (jurídico, jornalístico etc.), compreendidos como espaços com relativa autonomia em relação a outros, inseridos no espaço social abrangente, e onde diferentes agentes, com acesso a diferentes recursos (capitais) simbólico-materiais, ocupam (lutam por) posições hierárquicas (BOURDIEU, 1985).

---

<sup>4</sup> Örnebring e Moller (2018, p.1052) propõem o conceito ‘*livelihood*’. Reconhecendo a importância do contributo, não nos juntamos a essa visão por considerarmos que ‘profissionalismo’, pela função normativa que cumpre, é ainda fundamental.

Legislação, instituições de ensino, empresas empregadoras (no caso de jornalistas que trabalham nesse molde), organizações profissionais e trabalhadores/as são alguns dos atores que compõem o campo jornalístico. Ao debruçarmo-nos sobre as intenções de abandono (voluntário ou não) do trabalho e/ou profissão, é importante colocar como hipótese que esse fenômeno está relacionado não apenas a uma vontade individual mas a experiências coletivas decorrentes da valorização e organização do trabalho no campo, relacionadas a elementos como a “intensificação da concentração mediática, propriedade, [...] estratégias de negócio, estado dos sindicatos de jornalistas e relações de poder dentro do Jornalismo” (COHEN, HUNTER, O’DONNELL, 2019, p.830, *tradução nossa*). Mais: como já defendido anteriormente, é importante considerar a multiplicidade de jornalistas, não esquecendo, entre outros, a vida ‘fora do trabalho’ (e sua interferência naquele). Por exemplo, o estudo de Garcia (2019) aponta que apesar das intenções de abandono se verificarem em todas as faixas, são os mais jovens que, por contarem com o apoio financeiro da família, mais frequentemente abandonam o emprego – as gerações mais antigas sublinham os compromissos familiares/ financeiros como obstáculo ao concretizar das intenções. A questão geracional é uma entre várias, que deve ser pensada no cruzamento com outros marcadores. Gênero é um deles.

É profícuo o estudo, principalmente quando desenvolvido por uma lente feminista, que aponta a relação entre trabalho, família e gênero (GALLAGHER, 1995; NORTH, 2009). As diferenças de gênero são apontadas não apenas ao nível da organização do trabalho, mas ao nível dos valores profissionais. Estudo realizado nos EUA aponta que a elevada taxa de abandono da profissão entre mulheres deve-se aos melhores salários, horários e respeito fora do Jornalismo, mas também à autocompreensão daquelas profissionais como pertencentes a uma classe subordinada a valores e normas (profissionais) orientadas por/para homens – onde, portanto, o trabalho não resulta em ganhos simbólicos significativos: “mulheres que decidiram ir para universidades de Jornalismo para mudar o mundo descobriram que não conseguiam mudar a cultura patriarcal da maioria das redações” (EVERBACH, FLOURNOY, 2007, p.59, *tradução nossa*).

Por uma perspectiva do acúmulo de capitais sociais, podemos observar que as possibilidades estruturais variam significativamente. Mick e Estayno (2018) apontam a

existência de uma estrutura dual de carreiras no jornalismo brasileiro, onde uma minoria consegue alcançar elevada taxa de segurança no mercado, renda alta e prestígio social, enquanto a maioria compartilha condições de trabalho crescentemente precárias. Assim,

desestimulados pela escassa chance de alcançar posições dominantes no campo, parte significativa dos jornalistas desiste da profissão e mobiliza os capitais acumulados no campo jornalístico (sobretudo, o social e o simbólico) para reconfigurar sua atuação em outros setores (MICK, ESTAYNO, 2018, p.15).

Reconhecer que diferentes sujeitos, face ao capital que detêm e posição que ocupam, têm diferentes possibilidades de atuação (BOURDIEU, 2004), não significa, em nosso entender, que os atos (e racionalizações) estão pré-determinados: eles estão dependentes das relações a construir em cada contexto. Assim, ainda que a margem de decisões seja sempre limitada, é também sempre

muito variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados [...]. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também moeda. Até o membro mais fraco da sociedade tem sua parcela na cunhagem e na limitação dos outros membros, por menor que seja (ELIAS, 1994, p.51/52).

A noção de ‘interdependência’ presente na obra de Elias (1978; 1999) direcionamos a olhar para sujeitos e instituições como estando conectados, formando uma rede em constante movimento. Através das ligações originam-se tensões, principalmente se nelas é possível apontar a coexistência de diferentes ordens de valores, grupos pautados por diferentes ordens de sentido (BERGER, LUCKMANN 2004), bem como a divisão/especialização de funções das pessoas (ELIAS, 1994). O que não nos é possível perceber, não sem analisar a especificidade das relações, é o direcionamento das tensões, se contribuem para a reprodução ou para a transformação da rede (ou quais as intensidades e materializações de ambas).

Voltamos à hipótese avançada nesta secção: se – em função de vários estudos que, em anos recentes e em diferentes países, apontam o aumento de precariedade e abandono do emprego/profissão (DAVIDSON, MEYERS, 2014; KIKUTI, ROCHA, 2018; MICK, ESTAYNO, 2018; ÖRNEBRING, MOLLER, 2018; COHEN, HUNTER, O'DONNELL, 2019; GARCIA, 2019; RICKETSON et al., 2020) – podemos considerar o fenômeno como sendo estrutural, decorrente dos projetos de vida de indivíduos mas

também da organização do trabalho<sup>5</sup>, importa questionar como o mesmo é vivenciado por aqueles/as que o experimentam. Como se materializam as teorizadas relações de interdependência? Se jornalistas são matriz e moeda, é possível apontar a predominância de uma função?

Tentativas de respostas estão dependentes de esforços que levem em consideração, em culturas específicas, elementos como aqueles apontados por Cohen, Hunter e O'Donnell (2019). Esse esforço ultrapassa os objetivos da presente investigação. Ainda assim, com base nas pesquisas acima referidas, é-nos possível apontar uma tendência: o abandono do trabalho/profissão, é, regra geral, experimentado como acontecimento altamente individual/personalizado. Relacionado a isto, Örnebring (2018) afirma que jornalistas 'acomodam' o sentimento de precariedade recorrendo a um conjunto de normas profissionais, aceitando-a, em grande medida, como uma face normal do Jornalismo (este relacionado a valores de empreendedorismo e mérito). O mesmo autor salienta que tal postura é maior entre jovens profissionais, dispostos/as a gerir individualmente as suas carreiras, apresentando menos propensão à associação coletiva e com um limitado sentido de comunidade profissional (ÖRNEBRING, 2018, p.117/118).

Em nosso entender, para avançar nas discussões sobre precariedade e abandono é importante mapear semelhanças, mas também diferenças, nas experiências de diferentes sujeitos em diferentes contextos. Para isso tentamos contribuir na secção que se segue ao detalhamento metodológico da investigação.

### **3. Metodologia**

O presente trabalho apresenta resultados preliminares da tese em andamento na Universidade Federal de Pernambuco, em cotutela com a Universidade da Beira Interior, onde objetivamos investigar as percepções de jornalistas sobre condições de trabalho e regulação mediática.

Nesta fase, o instrumento utilizado foi o questionário, aplicado online (google forms), de forma dirigida (encaminhado por e-mail a cada jornalista que se mostrou

---

<sup>5</sup> A organização do trabalho depende do sistema de organização social, moldado este por estruturas económicas e políticas concretas, as quais dão forma às possibilidades de relações de/com o trabalho, afetando trabalhadores/as no geral (apesar das características específicas dos diferentes campos profissionais).

disposto/a a participar). Apresentamos alguns resultados centrados na questão “pensa deixar a profissão de jornalista a curto/médio prazo (nos próximos anos)?” (Q31). Em caso afirmativo, apontamos os motivos apresentados pelos/as respondentes. Procuramos cruzar os resultados com outras variáveis, como sejam perceções sobre (des)valorização e (des)promoção na empresa.

Convidámos a participar todos/as os/as jornalistas – ou pelo menos aqueles/as que nos foi possível mapear – a trabalhar nos principais veículos privados com sede em Recife. Face à ausência de dados públicos atualizados sobre o número de jornalistas, entrámos em contato com as empresas. Em alguns casos foram-nos facultados, noutros não. Mesmo quando partilhadas, verificamos – no contato informal com jornalistas – que algumas listagens estavam desatualizadas. Assim sendo, telefonamos para as redações para tentar completar os dados (falamos com editores/as em cada editoria, sempre que a redação assim estava organizada). Em alguns casos foi-nos possível avançar, noutros não (neste caso, a maioria dos indivíduos mencionou vontade de ajudar, mas a impossibilidade face à falta de tempo). Visitámos também algumas das redações.

Apesar dos esforços<sup>6</sup>, não nos é possível afirmar, por motivos óbvios, que todos os indivíduos foram considerados. Falamos, portanto, de uma amostra não representativa. Ainda que não nos seja possível fazer generalizações com uma margem de erro definida, julgamos, pelo percurso trilhado e número de questionários obtidos, que os dados permitem um alto grau de informação para refletir sobre a realidade laboral experimentada nos veículos privados de grande dimensão com sede em Recife.

Os veículos considerados são: Jornal do Commercio, Rádio jornal, TV Jornal, NE10 (Grupo JCPM); Folha de Pernambuco (Grupo EQM); Diário de Pernambuco, Aqui PE (Grupo R2); CBN Recife, NETV, G1 Pernambuco (Rede Nordeste de Comunicação); TV Clube e OP9 (Sistema Opinião de Comunicação).

O universo é composto por 362 jornalistas. Excluídos 14 questionários, na amostra constam 181 pessoas. Consideramos jornalistas profissionais, em formação e/ou estagiários/as. As respostas foram recebidas entre julho e setembro de 2019. No presente trabalho desconsideramos 1 questionário porque o jornalista afirmou que preferia não res-

---

<sup>6</sup> Esforços em que contamos com a colaboração de Geraldo Bringel, membro do Sindicato de Jornalistas de Pernambuco (SINJOPE), e sem a qual teríamos menos sucesso.

ponder à pergunta sobre perspectivas de abandono. São, então, analisadas as respostas de 180 jornalistas.

#### 4. Resultados e discussão

Os/as respondentes a trabalhar nos sistemas de comunicação em foco são, na maioria, jovens (média de 32,5 anos de idade), com uma distribuição de gênero equilibrada (89 mulheres e 92 homens). Analisando o tempo de atuação profissional, a primazia é de jornalistas com pouco tempo de experiência: 73 atuam, no máximo, há cinco anos (5 ainda são estudantes, 15 atuam há menos de seis meses, 11 há menos de um ano e 42 variam entre um e cinco anos); 62 há, no máximo, quinze (44 estão na faixa que vai dos cinco aos dez anos e 18 entre dez e quinze) e 46 há mais de quinze (20 contam entre quinze e vinte anos, 13 indicam até vinte e cinco, 9 ultrapassam o quarto de século e 4 contabilizam mais de três décadas)

Verificamos um acentuado desequilíbrio étnico/racial: 110 afirmam-se brancos/as, 46 identificam-se como pardos/as, 21 negros/as e 4 amarelos/as – mesmo que agrupemos os sujeitos em menor número na categoria ‘pessoas não-brancas’, a percentagem é inferior (39,22%)<sup>7</sup>. É também possível apontar uma diferença significativa referente à orientação sexual: 136 identificaram-se como heterossexuais; relativamente à identidade de gênero, não se registra qualquer diferença (todos/as afirmaram-se cisgêneros/as).

A maioria dos sujeitos (139), estão enquadrados na CLT, sendo que os/as restantes estão distribuídos por estágios (36), vínculo de Pessoa Jurídica (4) e contrato intermitente (2)<sup>8</sup>. Também a maioria ocupa as posições mais baixas no que à renda diz respeito: 47% recebem entre 1 a 4 salários mínimos e 11,6% ganham menos de um salário – registrando-se, nesta categoria, duas pessoas que afirmam não receber salário; 28,7% estão na faixa dos 4 a 8 salários e 12,2% afirmam-se entre os 8 a mais de 10. 40,3% estão associados ao SINJOPE, os/as restantes não.

---

<sup>7</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população residente no país era, em 2018, composta por 56,9% de pessoas ‘não-brancas’. No Nordeste, a taxa era de 74,5%.

<sup>8</sup> Devido aos caminhos percorridos na coleta de dados – dependentes, maioritariamente, de informações fornecidas, ou conseguidas, pelas/nas empresas –, e levando em conta que tratamos uma amostra não representativa, são necessários cuidados redobrados ao analisar os vínculos contratuais, bem como o avanço, ou não, de fenômenos como a pejotização.



Estes dados servem à caracterização, mesmo que geral, da nossa amostra. No futuro avançaremos na análise, cruzando diferentes variáveis. Demonstramos essa necessidade com um exemplo: apesar do equilíbrio no número de homens e mulheres que compõem as redações, o mesmo não se verifica ao considerarmos elementos como renda e raça/etnia: são os homens brancos (53 no total da amostra) que têm acesso a maior remuneração (7 acima dos dez salários, 3 entre os oito e dez, uma percentagem de 18,86%); proporcionalmente, homens ‘não-brancos’ e mulheres brancas (39 e 57, respectivamente) apresentam a mesma percentagem de indivíduos naquelas categorias (10,52%); mulheres ‘não-brancas’ (32) são aquelas que ganham menos (além de em menor número nas faixas mais elevadas – 6, 25% acima dos 8 salários –, são aquelas em maior percentagem nas faixas mais baixas: 75% contam, no máximo, com quatro salários, seguidas por 63,15% de homens ‘não-brancos’ nessa categoria, e, com percentagem praticamente idêntica – próxima a 51% - homens e mulheres brancos/as). Estes números, por sua vez, devem ser cruzados com outras variáveis, como seja o cargo ocupado (a maioria dos/as respondentes que ocupam cargos hierárquicos superiores são pessoas brancas – homens em maior número que mulheres).

Deixa-se assim antever a difícil tarefa de compreender as posições que diferentes sujeitos tendem a ocupar no campo jornalístico se não levarmos em conta a multiplicidade de fatores (e relações) que para elas contribuem (desde logo, também aquelas que são construídas diariamente nas redações, entre profissionais-trabalhadores/as e outros).

Realizada a breve caracterização, e alertados/as para a necessidade de aprofundamento na análise, dedicamo-nos à nossa questão central.

Dos/as 180 que responderam à pergunta sobre a intenção de abandonar a profissão,, 51 afirmaram que sim, 3 responderam que sim/ não sabem mas pensam na questão com frequência (e assim enquadrámos os/as 54 numa mesma categoria, ‘sim/não sei’ – S/NS), 60 não sabem mas pensam na questão com frequência (categoria ‘não sei’ - NS), 65 não e 1 não/ não sabe mas pensam na questão com frequência (incluímos os/as 66 na categoria ‘não/não sei’ – N/NS). A nossa pergunta, como é facilmente perceptível, não diz respeito à saída efetiva (voluntária ou não) do trabalho, mas às intenções de saída da profissão – questão que está diretamente relacionada à satisfação laboral. Assim sendo,

consideramos pertinente determo-nos nas percepções dos/as respondentes sobre (des)valorização e (des)promoção na empresa (tabela 1).

**Tabela 1 - Concorde com as seguintes afirmações?**  
(C/D=concordo/discordo em parte; S/O= sem opinião)

Categorias	S/NS (= 54)				NS (= 60)				N/NS (= 66)			
	SIM	NÃO	C/D	S/O	SIM	NÃO	C/D	S/O	SIM	NÃO	C/D	S/O
<b>A1</b> - Atualmente, mereço ser promovido/a (em termos de remuneração, cargo e/ou função).	37 68,5%	2 3,7%	8	7	37 61,7%	8 13,3%	10	5	21 31,8%	14 21,2%	21	10
<b>A2</b> - Acredito que poderei ser promovido/a (em termos de remuneração, cargo e/ou função) durante o próximo ano.	9 16,7%	34 63%	7	4	7 11,7%	41 68,3%	7	5	19 28,8%	28 42,4%	9	10
<b>A3</b> - Acredito que existe o perigo de ser despromovido/a ou perder o emprego durante o próximo ano.	23 42,6%	17 31,5%	10	4	18 30%	22 36,7%	11	9	18 27,3%	28 42,4%	12	8
<b>A4</b> - Sinto-me valorizado/a pela empresa.	7 13%	35 64,8%	9	3	9 15%	25 41,7%	24	2	29 43,9%	14 21,2%	21	2
<b>A5</b> - Sinto-me valorizado/a pelos/as colegas.	31 57,4%	9 16,7%	10	4	36 60%	4 6,7%	18	2	51 77,3%	2 3%	13	0

Se tivermos em conta a totalidade das respostas, isto é, sem considerar as categorias S/NS, N e N/NS, é possível perceber que a maioria dos/as respondentes (52,7%) acredita merecer a promoção, ainda que não acreditem (57,2%) que tal aconteça em breve. Baixo nível de valorização pela empresa é outro dado em destaque. Apesar de mais equilibrados na questão sobre perspectivas de despromoção/desemprego num período próximo (32,7% sim, 37,2% não), é possível perceber altos níveis de insegurança e descontentamento (41,1% não se sentem valorizados/as pela empresa, contrapondo-se aos 25% do outro lado do espectro). Sentimento que, aliás, não é novo no mundo do Jorna-

lismo: de acordo com Willnat e Weaver (2014), satisfação laboral e senso de autonomia entre jornalistas têm vindo a decrescer desde 1970.

Diferenças significativas emergem da análise por categorias: a autovalorização é maior entre S/NS e NS (69% e 62% respectivamente, por comparação a 32% em N/NS), verificando-se taxas da negação mais elevadas à A2 nas categorias S/NS e NS (63% e 69%, superiores aos 42% em N/NS). Ou seja, existe um maior desencontro entre o que é sentido como merecido e o que é considerado como provável de alcançar entre aqueles/as que pensam, ou estão em dúvida sobre, abandonar a profissão. O sentimento de risco (A3) é maior naqueles/as que pensam abandonar a profissão (43%). Os dados à A4 também variam: a negação é maior na categoria S/NS (65%), seguida de NS (42%) e N/NS (21%). A A5 segue igual variação, ainda que em percentagens muito menores (taxa de negação: S/NS = 17%, NS = 7%, N/NS = 3%).

A falta de compensação financeira é o motivo mais frequentemente mencionado (66%) na intenção de abandono, seguido da não realização pessoal (31,5%) e ausência de autonomia profissional (27,8%) – elementos como a elevada carga horária dedicada ao trabalho ou idade avançada dos/as respondentes surgem raramente.

Sem muita surpresa, ao analisarmos a renda auferida pelos indivíduos da nossa amostra percebemos que quanto maior a faixa salarial, maior é a taxa de intenção de permanência na profissão (e vice-versa). Este elemento coloca ênfase sobre a necessidade de compreender jornalistas como trabalhadores/as – com necessidades e expectativas concretas, desde logo materiais –, não apenas profissionais – esfera relacionada a ideais, valores e práticas. Trabalhadores/as que vivem uma situação tanto mais dramática quanto maior é a incerteza sobre o futuro na empresa ou mercado de trabalho – sobre este ponto, o estudo de Nel (2010) é ilustrativo: jornalistas que, no Reino Unido, perderam o emprego preocupam-se muito mais com questões de dinheiro (50%) do que com satisfação laboral (16%). Se ao aumento da precariedade juntarmos os discursos que profetizam o fim do Jornalismo, não será de estranhar que o futuro seja percebido como cada vez mais incerto (GARCIA, 2019), o que pode resultar na naturalização das precárias condições de trabalho, sentimento de impotência perante essa realidade e complacência coletiva (GOYANES, RODRÍGUEZ-GÓMEZ, 2018).

Outro elemento fundamental a considerar é a autonomia: que apenas 15 indivíduos apontem os baixos níveis desta como principal motivo para as intenções de abandono, não significa que os/as restantes percepcionem níveis muito mais elevados – pode antes querer dizer que a valorização da mesma, no cruzamento com outros fatores, não é igual entre indivíduos. Verificamos, no entanto, algumas variações significativas ao considerar as três categorias (tabela 3).

**Tabela 2 - Qual a sua autonomia para...**  
(4=total; 3= alta 2=média; 1=baixa; 0=inexistente)

	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>TOTAL</b>
...selecionar notícias/histórias a cobrir?	S/SN:10 NS:13 N/NS:8	S/SN: 21 NS:25 N/NS:37	S/SN:18 NS:18 N/NS:18	S/SN:5 NS:4 N/NS:3	S/SN:0 NS:0 N/NS:0	<b>S/SN:2,66</b> NS:2,78 N/NS:2,75
...decidir fontes e focos das notícias?	S/SN:10 NS:10 N/NS:9	S/SN:23 NS:32 N/NS:41	S/SN:17 NS:12 N/NS:11	S/SN:3 NS:6 N/NS:4	S/SN:1 NS:0 N/NS:1	<b>S/SN:2,70</b> NS:2,71 N/NS:2,77
..publicar notícias sobre diferentes públicos (elites políticas, lideranças religiosas, elites econômicas, Governo, forças de segurança, movimentos sociais, etc.)?	S/SN:2 NS:8 N/NS:9	S/SN:21 NS:20 N/NS:20	S/SN:21 NS:22 N/NS:27	S/SN:7 NS:9 N/NS:8	S/SN:3 NS:1 N/NS:2	<b>S/SN:2,71</b> NS:2,41 N/NS:2,39
...criticar/questionar indivíduos em cargos hierarquicamente superiores sobre o trabalho que desenvolvem?	S/SN:1 NS:3 N/NS:6	S/SN:8 NS:13 N/NS:16	S/SN:21 NS:24 N/NS:27	S/SN:15 NS:15 N/NS:14	S/SN:9 NS:5 N/NS:3	<b>S/SN:1,68</b> NS:2,2 N/NS:2,12
...criticar/questionar indivíduos em cargos hierarquicamente superiores sobre a interferência nos trabalhos que você desenvolve?	S/SN:1 NS:3 N/NS:5	S/SN:9 NS:12 N/NS:15	S/SN:18 NS:21 N/NS:23	S/SN:16 NS:17 N/NS:17	S/SN:10 NS:7 N/NS:6	<b>S/SN:1,64</b> NS:2,08 N/NS:1,93
...em função de valores éticos profissionais ou crenças pessoais recusar-se a realizar determinado trabalho?	S/SN:5 NS:5 N/NS:8	S/SN:6 NS:14 N/NS:16	S/SN:18 NS:18 N/NS:20	S/SN:12 NS:16 N/NS:11	S/SN:13 NS:7 N/NS:11	<b>S/SN:1,59</b> NS:1,91 N/NS:1,98
<b>TOTAL</b>	<b>S/SN: 9%</b> NS:	<b>S/SN: 27,1%</b> NS:	S/SN: 34,9% NS:	S/SN: 17,9% NS:	<b>S/SN: 11,1%</b> NS:	<b>S/SN:2,11</b> NS:2,35

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
 3 a 6 de Novembro de 2020



	11,7%	32,2%	31,9%	18,7%	5,6%	
	N/NS: 11,4%	N/NS: 36,6%	N/NS: 31,8%	N/NS: 14,4%	N/NS: 5,8%	N/NS:2,32

Indivíduos propensos a abandonar a profissão registram a percepção de autonomia mais baixa em quase todos os itens (exceção na publicação de notícias sobre diferentes públicos). É de registrar que esta questão (Q6) e a questão sobre pretensões de abandono da profissão (Q30) foram organizadas, no questionário, com alguma distância entre si, de maneira a tentar diminuir o risco de contaminação nas respostas. Naturalmente, estes dados, como já mencionado, carecem de um tratamento mais abrangente, levando em conta elementos como a editoria em que trabalham, tempo de atuação profissional etc. Mais: frisamos, novamente, que falamos de percepções e não de efetiva autonomia – sobre este ponto, é importante a investigação de Schmitz (2018), que aponta lacunas entre idealizações, percepções e efetivações da autonomia de jornalistas brasileiros/as, os/as quais “se consideram ‘muito’ autônomos e percebem ‘um pouco’ de autonomia no seu trabalho, mas efetivamente ‘não são muito’ autônomos” (SCHMITZ, 2018, p.149). Também na nossa investigação os sujeitos afirmam, no geral, ter relativa autonomia – nem baixa nem alta –, no desempenho de diferentes atividades. Um dado, no entanto, chama-nos atenção: os níveis de autonomia mais baixos, em todas as categorias (S/NS, NS e N/NS), registra-se na possibilidade de recusa de executar determinado trabalho em função de crenças pessoais ou valores profissionais. Questionamo-nos: que consequências poderá ter a baixa autonomia na recusa de trabalhos sobre, por exemplo, a autonomia para tratar notícias sobre diferentes públicos? Julgamos que em trabalhos futuros será importante ter em atenção não apenas a influência de diferentes fatores sobre as percepções de autonomia, mas como diferentes níveis de (percepção sobre) autonomia se influenciam (ou não). Acrescentamos ainda outro elemento que deixa antever a complexidade do assunto, não redutível a uma leitura de números (isolados): apesar da relativa autonomia, 45% de todos/as os/as respondentes afirmam que há censura na redação em que trabalham (35% dizem que não), enquanto 52% afirmam haver autocensura (para 26,1% não há).

Entre a pluralidade de cargos ocupados, editores/as apresentam maior intenção de permanecer na profissão (aproximadamente 50%). Quanto ao vínculo de trabalho, as

proporções são semelhantes, exceto no caso de estagiários, em que 50% afirmam querer permanecer, distribuindo-se a restante percentagem de forma igual entre S/NS e NS. As intenções também variam se considerarmos cada sistema de comunicação individualmente: em dois distribuem-se de forma equilibrada, num há uma propensão ao abandono (apenas 22% afirmam a intenção de permanecer) e nos dois restantes a propensão é de permanência (taxas de 44,4% e 51,7%). Quanto a gênero, raça/etnia e orientação sexual, não se verificam diferenças muito significativas (ainda que, como já frisado, o cruzamento dos dados possa apresentar uma realidade diferente).

## **5. Considerações finais**

Chegados/as aqui, e dada resposta à nossa questão central – relembremos: 30% dos indivíduos que compõem a nossa amostra pensam deixar a profissão em breve e 33,4% não sabem mas pensam na possibilidade com frequência –, é de salientar o baixo índice de jornalistas que pretendem, sem grandes dúvidas, continuar no Jornalismo: 36,6%. Os principais motivos para as intenções de saída são o baixo retorno financeiro, insatisfação pessoal e falta de autonomia profissional. Relativos às percepções dos indivíduos, estes dados devem ser considerados com cuidado, uma vez percebidas aparentes contradições nas respostas. Exemplo disso é o relativamente baixo número de respondentes que fazem referência à autonomia como principal motivo, dado que apresenta um desencontro com o elevado número de sujeitos que aponta a presença de censura (45%) e autocensura (52%) na redação em que trabalham.

Outro elemento a considerar é que tratamos de intenções. Ou seja, projeções e não realidades concretizadas. Apesar dos números que apontam para elevadas taxas de insegurança sobre o futuro, a verdade é que os/as jornalistas consultados continuavam – pelo menos à data da aplicação dos questionários – a desempenhar a profissão. A nossa pesquisa é voltada, primordialmente, para as intenções de abandono. No futuro, uma questão central é voltarmos atenção para a permanência – o porquê de jornalistas continuarem, apesar das percepções sobre precariedade (dos 180 respondentes, 104 afirmam que há muita precariedade na profissão, 72 que há precariedade e para 4 existe pouca).

Uma vez que não contemplamos a recolha de dados nesse sentido, resta-nos, com base na bibliografia consultada, avançar algumas reflexões.

Para além da já apontada naturalização e sentimento de impotência para alterar a realidade laboral, é importante apontar que o trabalho é fonte de sofrimento mas também de prazer; no caso do Jornalismo, o prazer está diretamente relacionado aos valores e normas profissionais que o legitimam – enquanto instituição, e aos/às seus/suas trabalhadores/as, enquanto profissionais – como elemento fundamental no fortalecimento das sociedades democráticas; ‘o amor à profissão’, o ‘reconhecimento dos públicos’ e a possibilidade de ‘participar no mundo’ (REIMBERG, 2014), ou seja, os ganhos simbólicos, têm peso preponderante no equilíbrio da balança. A confirmar-se a hipótese, o caminho não passa pela luta contra o profissionalismo, mas na sua reconsideração, levando em conta que falamos de um campo complexo, onde profissionais são também trabalhadores/as. A atividade não pode ser realizada, não sem custos demasiado altos (para indivíduos, mas também para a sociedade), ao retirar esse fator do centro da discussão.

## Referências

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, Pluralismo e Crise de sentido: A orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004
- BOURDIEU, P. The Social Space and the Genesis of Groups. **Theory and Society**, v. 14, n. 6, 723–744, 1985.
- COHEN, N.; HUNTER, A.; O’DONNELL. Bearing the Burden of Corporate Restructuring: Job Loss and Precarious Employment in Canadian Journalism, **Journalism Practice**, v. 13, n.7, 817-833, 2019
- DAVIDSON, R.; MEYERS, O. “Should I Stay or Should I Go?”, Exit, voice and loyalty among journalists. **Journalism Studies**, v.17, n.5, 590–607, 2014
- ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, N. **What is sociology?** London: Hutchinson, 1978.
- EVERBACH, T.; FLOURNOY, C. Women Leave Journalism For Better Pay, Work Conditions. **Newspaper Research Journal**, v.28, n.3, 32-64, 2007.
- GALLAGHER, M. **An Unfinished Story: Gender Patterns in Media Employment**. Paris: UNESCO, 1995.
- GARCIA, V. Individualización y riesgo de desempleo en los periódicos del norte de México. **Frontera Norte**, v.31, 1-20, 2019



GOYANES, M.; RÓDRIGUEZ-GÓMEZ. E. Presentism in the Newsroom: How Uncertainty Redefines Journalists' Career Expectations. **Journalism**, 2018. DOI:[10.1177/1464884918767585](https://doi.org/10.1177/1464884918767585)

KIKUTI, A.; ROCHA, P. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. **SBPJor - 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2018.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEAL; B.; JÁCOME, P.; MANNA, N. A "crise" do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. **Líbero**, v.17, n. 34, p.145-154, 2014.

MICK, J.; ESTAYNO, S. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). **SBPJor - 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2018.

NEL, F. **Laid off: What do UK journalists do next?** 2010, Disponível em <<https://www.journalism.co.uk/uploads/laidoffreport.pdf>>

NORTH, L. **The Gendered Newsroom: How Journalists Experience the Changing World of Media**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2009.

ÖRNEBRING, H. Journalists Thinking About Precarity: Making Sense of the 'New Normal'. **#ISOJ**, v.8, n.1, p.109–127, 2018

ÖRNEBRING, H.; MÖLLER, C. In the Margins of Journalism, Gender and livelihood among local (ex-)journalists in Sweden. **Journalism Practice**, v.12, n.8, 1051-1060, 2018

PICKARD, V. Can government support the press? Historicizing and internationalizing a policy approach to the journalism crisis. **Communication Review**, v. 14, n. 2, 2011

PONTES, F.; PISMEL, M. A crise de legitimidade dos jornalistas e a economia política: autonomia e heteronomia como chaves explicativas do jornalismo contemporâneo. **C&S**, v. 40, n. 1, p.367-392, 2018.

REIMBERG, C. **Prazer e sofrimento no trabalho do jornalista**. Intercom - XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014.

RICKETSON, M.; DODD, A.; ZION, L.; WINAMITA, M. "Like Being Shot in the Face" or "I'm Glad I'm Out": Journalists' Experiences of Job Loss in the Australian Media Industry 2012–2014. **Journalism Studies**, v. 21, n. 1, 54-71, 2020

SCHMITZ, A. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora**. Tese de doutorado. Santa Catarina: Doutorado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa, 2018. 228p.

SILES, I.; BOCZKOWSKI, P. Making sense of the newspaper crisis: A critical assessment of existing research and an agenda for future work. **New Media & Society**, v.14, n. 8, 2012

SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TUCHMAN, G. A Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson. (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»**. Florianópolis: Insular, 2016.